



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA  
MODALIDADE À DISTÂNCIA

VERÔNICA REMÍGIO DA SILVA E LIMA

**O DIREITO À INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:  
PRÁTICAS E DESAFIOS.**

**JOÃO PESSOA - PB  
2019**

VERÔNICA REMÍGIO DA SILVA E LIMA

**O DIREITO À INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:  
PRÁTICAS E DESAFIOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em  
Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro  
de Educação da Universidade Federal da Paraíba,  
como requisito institucional para obtenção do título  
de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Célia Silva Menezes

**JOÃO PESSOA - PB  
2019**

Catalogação na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

L732d Lima, Verônica Remígio da Silva e.

O Direito à Inclusão nos anos iniciais do ensino  
fundamental: Práticas e desafios. / Verônica Remígio da  
Silva e Lima. - João Pessoa, 2019.  
44 f. : il.

Orientação: Ana Célia Silva Menezes.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação. 2. Ensino Fundamental. 3. Inclusão. I.  
Menezes, Ana Célia Silva. II. Título.

UFPB/BC

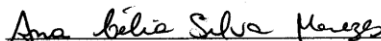
VERÔNICA REMIGIO DA SILVA E LIMA

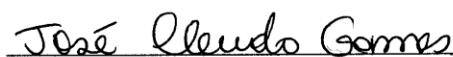
O DIREITO À INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:  
PRÁTICAS E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena  
em Pedagogia na Modalidade a Distância, do  
Centro de Educação da Universidade Federal da  
Paraíba, como requisito institucional para  
obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 05 / 06 /2019

BANCA EXAMINADORA

  
Profª Drª Ana Célia Silva Menezes- UFPB  
Profª. Orientadora

  
Prof. Ms José Cleudo Gomes- UFPB  
(Examinador)

Profª. Ms Gisania Carla de Lima- UFPB  
(Examinadora)

---

*Ao meu pai, José Anias (in memoriam), que  
infelizmente não pode estar presente neste  
momento tão importante em minha vida.  
A minha vitória será eternamente nossa!*  
***Dedico***

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, por todas as portas abertas quando do fechamento de algumas janelas, pelo norteamento e bênçãos concedidas, como a fé, a sabedoria, a coragem, a determinação e a saúde para chegar até aqui.

Aos meus pais, José Anias (*in memoriam*) e Gildete Remígio. Mamãe, sua capacidade de acreditar e investir em mim, seu cuidado e dedicação foi que me deram, em alguns momentos, a esperança para seguir. Papai, sua presença espiritual, significou segurança e certeza de que não estou sozinha nesta caminhada. Amo vocês!

Ao meu irmão Josemar, minha irmã Wandelba, e familiares pela dedicação, apoio, incentivo e colaboração durante todo o percurso realizado até o momento atual, incentivando-me a lutar pelos meus ideais e prosseguir sempre.

Ao apoio incondicional de meu esposo, amigo e companheiro Achilles Lima por todo amor e carinho que me dedicou durante todo esse percurso, sem o qual não teria terminado essa caminhada. Assim, transcrevo este verso: “Eu preciso tanto de você, o seu amor é o que me faz crescer. E conhece como a própria mão, cada medo do meu coração”.

Aos professores formadores e mediadores que contribuíram muito para a construção do meu conhecimento, pela formação e transformação em minha vida pessoal e profissional.

À minha orientadora Ana Célia Silva Menezes, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos meus amigos do curso de Pedagogia, pela troca de conhecimento e pela amizade que se sedimentou ao longo desta caminhada, principalmente a Ivânia Patrícia, Joelma, Gilvanilson e Marlene.

Enfim, aos funcionários e colaboradores que trabalham no Polo de Araruna por estarem sempre dispostos a ajudar quando precisamos, em especial à coordenadora Maria Lúcia.

Muito obrigada a todos!

*A inclusão acontece quando...*  
*"Se aprende com as diferenças e não com as*  
*igualdades."*

***Paulo Freire***

## RESUMO

A Educação Inclusiva passou a ser discutida mundialmente em 1990, com a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida na Tailândia. Participaram dessa Conferência 157 países, incluindo o Brasil. Desde então este é um tema recorrente no campo da pesquisa acadêmica. O presente trabalho tem como tema o Direito à Inclusão nos anos iniciais do Ensino Fundamental: práticas e desafios. A partir da indagação: Como acontecem as práticas de educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental? Objetivamos discutir aspectos conceituais acerca da educação inclusiva, refletir sobre as principais dificuldades dos professores em relação à inclusão educacional, identificar as estratégias de atendimento da escola aos alunos com deficiência e discutir como a educação inclusiva se concretiza nas escolas da rede pública e privada de ensino. Para fundamentação teórica recorreremos aos estudos de Aranha (2001), Menezes (2008), Nascimento (2009), Rodrigues (2008), Sassaki (1997, 1998), dentre outros. Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva, qualitativa, desenvolvida com 11 (onze) professores (as) que atuam em escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental na cidade de Areia, estado da Paraíba, anos iniciais. Ao final da pesquisa verificamos que a inclusão é uma prática ainda bastante frágil, sobretudo pela falta de adequação de espaços na escola e de formação específica para os professores. Fica evidente a necessidade de novas pesquisas e estudos mais aprofundados acerca do tema na cidade de Areia-PB.

**Palavras-chave:** Educação. Ensino Fundamental. Inclusão.



## **ABSTRACT**

Inclusive Education started to be discussed worldwide in 1990, with the World Conference on Education for All, held in Thailand. Participated in this conference 157 countries, including Brazil. Since then this is a recurring theme in the field of academic research. The present work has as its theme the Right to Inclusion in the initial years of Elementary Education: practices and challenges. From the question: How do the practices of inclusive education happen in the initial years of elementary school? We aim to discuss conceptual aspects of inclusive education, to reflect on the main difficulties faced by teachers in relation to educational inclusion, to identify attending strategies from the school to students with disabilities, and to discuss how inclusive education takes place in public and private schools. For theoretical foundation, we used the studies of Aranha (2001), Menezes (2008), Nascimento (2009), Rodrigues (2008), Sassaki (1997, 1998), among others. This is a descriptive, qualitative field research developed with 11 (eleven) teachers who work in public and private elementary schools in the city of Areia, state of Paraíba, in the early years. At the end of the research, we found that inclusion is still a very fragile practice, especially due to the lack of adequate spaces in the school and specific training for teachers. It is evident the need for further research and further study on the subject in the city of Areia-PB.

**Keywords:** Education. Elementary School. Inclusion.

## **LISTA DE GRÁFICOS:**

Gráfico 1: Número de professores (as) que consideram as escolas onde lecionam inclusivas.....	29
Gráfico 2: Número de professores (as) que consideram que as políticas públicas promovem a educação inclusiva.....	30
Gráfico 3: Frequência dos tipos de deficiências encontradas nos (as) alunos (as).....	31
Gráfico 4: Número de professores (as) que tiveram algum tipo de formação especial para lecionar para alunos (as) com deficiências.....	31
Gráfico 5: Avaliação dos (as) professores (as) sobre a aprendizagem e rendimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência.....	33

## **LISTA DE ABREVIATURAS:**

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CF- Constituição Federal

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EPD - Estatuto da Pessoa com Deficiência

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

ONU - Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 Aspectos metodológicos.....	13
1.2 Organização do Trabalho.....	14
<b>2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRIA, CONCEITOS E BASE LEGAL.....</b>	<b>16</b>
2.1 Elementos históricos.....	18
2.2 Diferença entre integração escolar e inclusão escolar.....	20
2.3 Inclusão Educacional como Direito da Lei Brasileira de Inclusão.....	22
<b>2.3.1 Formação do professor e outras condições necessárias à garantia do direito à Educação Inclusiva.....</b>	<b>25</b>
<b>3. A PESQUISA CONSOLIDAÇÃO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVAS.....</b>	<b>28</b>
3.1 Perfil dos sujeitos entrevistados.....	28
3.2 Dados coletados e análise.....	29
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICE</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, a educação inclusiva passou a ser discutida mundialmente, desde que ocorreu a Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia. Participaram dessa Conferência 157 países, entre os quais esteve presente o Brasil. A finalidade desse evento foi estabelecer compromissos mundiais para garantir as condições básicas para educar todas as crianças, jovens e adultos, entendendo a educação como um direito fundamental de todos.

Em 1994, foi publicada a Declaração de Salamanca, resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Esse documento trata dos princípios, políticas e práticas para a inclusão de crianças, jovens e adultos, com necessidades educacionais especiais, dentro do sistema regular de ensino.

No Brasil, inúmeros atos administrativos foram criados com a intenção de melhorar a educação brasileira, tentando proporcionar equidade e qualidade a todo indivíduo que venha a frequentar o ambiente escolar. Dentre estes, destacamos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Recentemente, em 2015, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), através da Lei nº 13.146 que é “(...) destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

A inclusão permanece no conjunto da sociedade como um tema polêmico, visto por muitos daqueles que não possuem deficiências como algo irrelevante, e pelos que possuem deficiências – minoria – como princípio básico à igualdade entre os seres humanos, evidenciando as diferenças dos sujeitos. Dito isto, a inclusão de pessoas com deficiência na escola e também na sociedade em geral, é uma questão inerente a todos os indivíduos deficientes ou não, além de resguardada constitucionalmente.

Na educação “normal”, o aluno com deficiência, ainda é visto como um “estranho”. A maioria dos (as) educadores (as) detém a ideia de que a inclusão é o simples ato de inserir os discentes “estranhos, diferentes ou especiais” na escola. Existem professores (as) capacitados (as) para atender esta diversidade de necessidades, porém são poucos, e ainda não estão presentes em todas as escolas. Estas dificuldades precisam ser eliminadas para termos uma educação inclusiva e de qualidade para todos (as). Muito recentemente foi que o curso de

formação de professores passou a inserir em seus currículos a educação especial como disciplina, seja obrigatória, ou optativa. Entendemos, contudo, que para uma escola ser inclusiva é necessário que os docentes, e demais profissionais que compõem o ambiente escolar, possuam formação inicial ou continuada sobre educação inclusiva, o que vai além das mudanças arquitetônicas na escola – a exemplo da acessibilidade das rampas – e sejam capacitados para perceberem e saberem lidar com as diferenças e deficiências apresentadas pelos discentes. Esse contexto nos faz perceber que há uma necessidade de revisão e adaptação das práticas pedagógicas para que os discentes possam aprender, mesmo com suas particularidades e deficiências. Isto considerando que cada um apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem.

O interesse pelo tema “Inclusão nos anos iniciais do Ensino Fundamental” surgiu a partir de uma experiência que tive como professora do Programa Mais Educação, em uma escola da rede pública municipal, no ano de 2016. Foi através dessa atuação como professora que tive a experiência com um aluno com Transtorno do Espectro Autista. Na ocasião, pude conhecer de perto a realidade da escola pública, a organização, o funcionamento, os planejamentos de ensino, os (as) alunos (as), as práticas docentes e os desafios vividos pelo professor (a) no cotidiano escolar. Incluir alunos (as) com deficiência na escola é, atualmente, um dos maiores desafios educacionais.

Ainda sobre a escolha do tema, vale ressaltar que este é um assunto que gera muito debate, discussões e dúvidas acerca do que é mais adequado tanto para os discentes com deficiências quanto para os demais, ao se tratar da inclusão nos anos iniciais do ensino fundamental. As práticas educacionais, embasadas nos princípios da inclusão, tem ganhado destaque nas discussões atuais, apontadas como eficazes no que condiz a qualificação da educação, proporcionando, que cada vez mais, a escola consiga desenvolver o ensino que zele pela boa convivência entre os colegas. Logo, é de grande relevância o estudo desse tema.

A dificuldade que sentimos quando nos deparamos com situações desse tipo revela nossa fragilidade diante do convívio com a “diferença”. Embora muitas vezes tenhamos a certeza de que nosso papel enquanto educadores (as) está sendo bem desempenhando e de que todo (a) cidadão (ã) tem o direito de ter acesso à informação e ao conhecimento, ainda assim, encontramos obstáculos que nos impedem de realizarmos um trabalho coerente com a nossa prática pedagógica. O medo do diferente e a incerteza quanto ao aprendizado de um aluno com deficiência, impossibilitam o avanço de práticas de aprendizagens relevantes.

A inclusão surgiu com a intenção de proporcionar a todos os sujeitos as mesmas condições e oportunidades, o que constitui uma prerrogativa legal e um direito educacional fundamentado na concepção dos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. Desse modo, a escola tornou-se fundamental no fomento à igualdade de ensino-aprendizagem para todos. A inclusão exige mudança de padrões para atender os (as) alunos (as). A Declaração de Salamanca (1994) diz que a escola deve se adaptar ao aluno independente de suas condições físicas, sociais, linguísticas, e não este a ela. Logo, a educação inclusiva tem como princípio o atendimento à diversidade, à universalização da educação e à garantia de direitos, além de oportunidades iguais a todos, sem distinção.

Destarte, para nortear este estudo, apontamos a seguinte questão: Como acontecem as práticas de educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental? Nosso objetivo geral: compreender como tem ocorrido a inclusão do aluno nos anos iniciais do ensino fundamental; E específicos: discutir aspectos conceituais acerca da educação inclusiva, refletir sobre as principais dificuldades dos professores em relação à inclusão educacional, identificar as estratégias de atendimento da escola aos alunos com deficiência, discutir como a educação inclusiva se concretiza nas escolas da rede pública e privada de ensino.

Para fundamentação teórica, recorreremos aos estudos de Aranha (2001), Menezes (2008), Nascimento (2009), Rodrigues (2008), Sassaki (1997, 1998), dentre outros. Levando em consideração os estudos pelos referidos autores (as), caracterizamos a Educação Inclusiva como um novo princípio educacional, que tem como base a diversidade nas classes de ensino.

## **1.1 Aspectos metodológicos**

O trabalho resulta de uma pesquisa de campo do tipo descritiva, numa abordagem qualitativa; a fim de absorver o significado de eventos e comportamentos (Cruz, 2011). Segundo Cruz (2011) a pesquisa qualitativa é aquela que busca compreender o objeto estudado de forma aprofundada. Ou seja, é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais, por exemplo. Nessa perspectiva, a pesquisa de abordagem qualitativa surge como uma proposta de investigação que, sem perder seu caráter científico, possibilita que o investigado tenha maior participação, apropriação do processo e dos resultados obtidos. Não se tratam de cobaias, mas sim, de coautores no processo de construção do conhecimento.

Por sua especificidade o trabalho científico exige um rigor na definição da metodologia, tanto quanto na construção do objeto de pesquisa.

Pode-se definir pesquisa como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos (...). Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 2002, p.17).

A partir desse entendimento da importância do procedimento racional e sistemático, conforme ressalta Gil, na citação acima, apresentamos em linhas gerais o percurso metodológico da construção desta pesquisa.

Inicialmente, fizemos um levantamento bibliográfico no qual resultou a escolha dos autores (as) que deram a sustentação teórica ao trabalho. Num segundo momento optamos pela realização da pesquisa de campo envolvendo professores (as) da rede pública e privada, a fim de termos parâmetros comparativos que possibilitem refletir sobre as práticas e desafios nesses diferentes contextos educacionais. Para tanto, foi aplicado um questionário estruturado junto a 11 (onze) professores (as) que atuam no município de Areia-PB, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Dentre as vantagens do questionário, destacam-se as seguintes: ele permite alcançar um maior número de pessoas; é mais econômico; a padronização das questões possibilita uma interpretação mais uniforme dos respondentes, o que facilita a compilação e comparação das respostas escolhidas, além de assegurar o anonimato ao interrogado (OLIVEIRA, 2011, p. 37).

A opção pelo questionário deu-se pela praticidade no processo de coleta, uma vez que outros instrumentos como a entrevista demandaria mais tempo dos sujeitos.

Essa discussão sobre a inclusão de alunos (as) nos anos iniciais do ensino se faz importante ao perceber que mesmo com o avanço da inclusão escolar da pessoa com deficiência, é possível constatar que as instituições de ensino apresentam inadequação dos espaços, além da insegurança por parte dos (as) professores (as). Foi a partir dessa percepção imediata que entendemos ser necessário pesquisar essa temática.

## **1.2 Organização do Trabalho.**

O trabalho está organizado em 03 (três) capítulos. Na introdução (capítulo1) apresentamos a problemática do tema, nossa questão de pesquisa, nossos objetivos, a fundamentação teórica e os aspectos metodológicos; No capítulo 2 intitulado, Educação Inclusiva: história, conceitos e base legal, buscou-se nas referências bibliográficas fundamentação para discorrer sobre os elementos históricos e legais que resultaram nos



direitos atuais das pessoas com deficiência, além de diferenciar integração escolar de inclusão escolar em um contexto de inclusão nos anos iniciais do ensino fundamental, e a formação do professor como direito. Logo após, no capítulo 3, sob o Título A Pesquisa consolidação de práticas de educação inclusivas, o perfil dos sujeitos entrevistados, os dados coletados e nossa análise como resultados obtidos, por fim apresentamos nossas considerações finais.

## **2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRIA, CONCEITOS E BASE LEGAL.**

A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os (as) professores (as) se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes. Portanto, para atender as diferenças na sala de aula é necessário que haja uma adaptação às práticas pedagógicas, com vistas ao desenvolvimento dos (as) alunos (as) com necessidades educacionais especiais, inseridos no ensino, pois a importância da Educação inclusiva está não só na inclusão de crianças com deficiências, como também no aprendizado de todos em relação à adversidade.

Vivemos numa sociedade onde o ensinar e o aprender alcançaram dimensões significativas, pois o processo ensino-aprendizagem tornou-se um campo de estudo sobre as especificidades inerentes ao processo de construção do conhecimento. Educar para uma sociedade “inclusiva” pressupõe compreender toda uma complexa realidade presente nas salas de aula. Realidade na qual os (as) educadores (as) se encontram e sentem-se, muitas vezes, despreparados (as) quando a questão é trabalhar com alunos (as) que têm algum tipo de deficiência.

A escola é considerada um espaço de interação e construção de conhecimento, no qual crianças e adolescentes acabam por relacionar-se entre si, somando, dessa forma, aprendizagens e experiências diárias. Nesse espaço, os (as) alunos (as) acabam internalizando valores que são ensinados desde cedo, como incentivo ao respeito e à igualdade, desmascarando preconceitos e zelando pela boa convivência entre os (as) colegas.

Neste propósito, faz-se necessário que a escola crie oportunidades e também articule a comunidade escolar – mais especificamente para os (as) professores (as) – para romper com as barreiras da sala de aula. Nesse processo de inclusão educacional muitos obstáculos já foram derrubados. O fato de o (a) aluno (a) com deficiência estar em sala de aula é a principal delas, mas é importante ressaltar que estar na escola não significa estar incluído. Para que isso seja possível, é necessário que ele (a) participe do processo educacional e que seja aceito por todos (as) como alguém que, apesar das limitações, aprende. Por isso, a participação desse (a) aluno (a) nas atividades escolares deve ser estimulada, oferecendo-se os recursos necessários para que ele (a) se sinta capaz de dar respostas significativas.

A educação inclusiva está inserida no ensino em busca de fortalecer valores como igualdade e respeito e desenvolver a interação de crianças que estavam sendo excluídas socialmente no meio educacional.

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p. 8).

Observamos que a educação inclusiva busca assegurar, a todos os estudantes, a igualdade de oportunidades educativas, proporcionando espaço para o desenvolvimento integral dos mesmos, levando em consideração suas potencialidades e especificidades, favorecendo a construção de uma sociedade mais democrática, como afirma Mantoan (2006, p. 15), incluir “de modo a reconhecer e valorizar, as diferenças, sem discriminar os alunos nem segrega-los.” Ou seja, incluir o indivíduo no âmbito escolar, sem qualquer tipo de restrição ou preconceito, garantindo o cumprimento dos seus direitos, assim como estabelecendo estratégias que favoreçam o seu desenvolvimento intelectual e físico, promovendo o pleno exercício da sua cidadania.

A concepção de inclusão escolar é bastante ampla e complexa. Em sua amplitude, a inclusão não se resume apenas à inclusão dos (as) alunos (as) com deficiência motora, sensorial ou cognitiva, mas se estende a todos os indivíduos no processo educacional. Entretanto, mesmo que as leis assegurem a inclusão de todos no espaço escolar, sabe-se que a aprendizagem nem sempre se efetiva, já que a escola tem fracassado na tarefa de assegurar a aprendizagem até mesmo dos (as) alunos (as) ditos (as) “normais”.

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. (RODRIGUES, 2008, p.21).

Neste sentido, uma instituição educacional que acredita no verdadeiro processo de inclusão deve promover situações diárias onde as crianças, cultivem o respeito, a cidadania, o cuidar de si e do outro, a aceitação, o companheirismo e tantos outros valores necessários à formação de um cidadão justo. Nesta perspectiva, Menezes (2008) reforça que “a inclusão

escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global.”

Segundo consta na Declaração de Salamanca (1994), para a integração de crianças com necessidades educacionais especiais em escolas inclusivas é importante que haja flexibilidade curricular, ou seja, o currículo deve ser adaptado às necessidades das crianças, promovendo oportunidades curriculares apropriadas às crianças com habilidades e interesses diferentes, bem como oferecer assistência instrucional às crianças que necessitem de apoio adicional para acompanharem o currículo regular.

## **2.1 Elementos históricos.**

No século XX, já por volta da década de 70, ocorreu um movimento para debater a inclusão e integrar os indivíduos que apresentavam deficiências na sociedade por meio de espaços escolares, porém não era algo institucionalizado, havendo certa rejeição do ensino público em relação essa política, cabendo assim ao ensino privado educá-las o mais próximo possível do ensino “normal”. É importante ressaltar que nesse momento o governo não assumia nenhuma responsabilidade sobre a educação de pessoas com necessidades especiais. A partir desse movimento começou a luta pela inserção, que deixou de ser interesse apenas do deficiente e família e passou a ser interesse de todos. Começaram então a organizar conferências sobre o tema, procurando estabelecer orientações sobre a garantia de seus direitos.

No ano de 1981, definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, fomentou-se a educação inclusiva não apenas para a deficiência do aluno, mas que deveria integrá-lo em toda a sociedade, para que os mesmos fossem capazes de construir suas histórias em sociedade.

O planejamento e a implementação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre a inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re)definição dos papéis da educação especial e do locus do atendimento desse alunado (ARANTES, 2006, p.35).

Neste aspecto, verificamos que o processo da história da inclusão no ensino mostra que a priorização sobre a educação de pessoas deficientes deu-se lentamente e, ainda hoje, a

sociedade, as escolas, as universidades estão se adequando ao convívio e ao reconhecimento que mesmo na diferença somos iguais.

Vejamos o que diz a Constituição Federal de 1988 em seus artigos, Art. 3º, 205, 206 e 208 a respeito do direito de todos sem distinção de raça; o direito igualitário à educação; a igualdade e permanência nas escolas e ainda, o atendimento educacional especializado:

Art. 3º, inciso IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;  
 Art. 205 - a educação como um direito de todos, garantindo o desenvolvimento da pessoa, assim como o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;  
 Art. 206 – Inciso I – estabelece a Igualdade de condições de acesso e permanência na escola;  
 Art. 208 – garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

A diversidade humana é o primeiro passo positivo ao entendimento da inclusão, uma vez que esse é um processo social, humano e singular de cada indivíduo. A educação inclusiva surgiu em diferentes momentos e contextos. Nas ultimas décadas, especialmente a partir da década de 1990, muito se tem debatido sobre um Sistema Educacional Inclusivo – nas esferas política, cultural, social e pedagógica –, em prol do direito de todos a uma educação inclusiva de qualidade. Apesar das mudanças de paradigmas educacionais ocorridas ao longo da história do Brasil, a inclusão ainda é um desafio, tanto para gestores públicos quanto para os demais atores do processo de escolarização da contemporaneidade.

Outro importante documento é o Estatuto da Criança e do adolescente, de 13 de julho de 1990, que no Art. 53, incisos I, II e III, esclarece:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:  
 I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
 II – direito de ser respeitado pelos seus educadores;  
 III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores

No ano de 2009 foi promulgada, aqui no Brasil, a Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência, ocorrida em Nova York no ano de 2006. Esta convenção, em seu artigo 24, parágrafo 2, declara:

2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:  
 a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;

- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (BRASIL, 2009).

A Educação Inclusiva, de modo geral, ainda é um grande desafio a ser encarado nos dias atuais, mesmo com as mudanças de paradigmas educacionais ocorridas ao longo da história do Brasil, principalmente quando não se trata apenas de incluir estudantes com deficiência em salas de aulas, mas também estabelecer relações eficazes, que possam favorecer o atendimento igualitário entre estudantes com deficiência e os demais estudantes, para que eles se sintam, de fato, incluídos no contexto escolar e social. Martins (1990), diz que “a educação é um processo de ação da sociedade sobre o educando, visando integrá-lo segundo seus padrões sociais, econômicos, políticos, e seus interesses”.

Portanto, uma educação inclusiva exige novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, mas sobretudo, na valorização das diferenças resgatando os valores culturais e o respeito do aprender e construir no espaço escolar.

## **2.2 Diferença entre integração escolar e inclusão escolar.**

A integração privilegia o aluno com deficiência, dividindo com ele a responsabilidade da inserção, ou seja, são inseridos na escola e apoiados individualmente a participarem desta. Enquanto a inclusão tenta avançar, exigindo também da sociedade, em geral, condições para essa inserção. Borges, Pereira e Aquino (2012, p.4) *apud* Fernandes (1995) diz que “o princípio de integração está acentuando a intolerância à diferença, na “tentativa de igualar o igual ao desigual”. Denuncia, dessa forma, a falsidade desse discurso e a não aceitação da diferença.” Do ponto de vista educacional, embora tanto a integração como a inclusão trate da incorporação da criança com deficiência pelo ensino, existe uma diferença básica, pelo fato dos dois termos referirem-se a situações de inserção diferentes.

(...) a grande diferença de significação entre os termos integração e inclusão reside no fato de que, enquanto que no primeiro se procura investir no “aprontamento” do sujeito para a vida na comunidade, no outro, além de se investir no processo de desenvolvimento do indivíduo, busca-se a criação imediata de condições que garantam o acesso e a participação da pessoa na vida comunitária, através da

provisão de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais. (ARANHA, 2001, p. 20)

Ao contrário da integração, na qual o aluno deve se adaptar às condições da escola, a inclusão prevê sua transformação de modo a garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos. Inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (SASSAKI, 1997, p. 41)

De forma concisa, o termo inclusão pode ser entendido como: “educação para todos”. Não é possível desprender o indivíduo da sociedade e por isso todos devem ter acesso, desde o princípio de sua formação, à educação e à vida social. Corroborando essa definição, Aranha (2001), a inclusão é a aceitação da diversidade, na vida em sociedade, e também é a garantia do acesso das oportunidades para todos. Portanto, não é somente com leis e textos teóricos que iremos assegurar os direitos de todos, pois esses, por si mesmos, não garantem a efetivação das ações no cotidiano escolar.

Neste contexto, uma escola inclusiva é aquela com oportunidades iguais para todos e estratégias diferentes para cada um, de modo que todos possam desenvolver seu potencial, uma escola que reconhece a educação como um direito humano básico e como alicerce de uma sociedade mais justa e igualitária.

O ideal de inclusão é dirigido a todos, independente das diferenças e desigualdades que possuam. Porque são diferentes, todos podem permanecer juntos, no mesmo espaço e no mesmo tempo. Nessa linha de raciocínio, trata-se de mais uma maneira de tentar igualar a todos pela diferença e pela desigualdade. (BORGES; PEREIRA; AQUINO, 2012, p. 6).

No Brasil, em meados da década de 1990, começaram as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar denominado “inclusão escolar”. Esse novo paradigma surge como uma reação contrária ao processo de integração. Assim, o movimento pela inclusão no Brasil cresceu e passou a centralizar a atenção de educadores e outros profissionais, ligados ou não à pessoa com deficiência. Momentos importantes que influenciaram políticas

educacionais, discursos e práticas no mundo todo, consolidando o movimento em defesa da inclusão a partir de discussões sobre a democratização do acesso à educação.

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Então, a Inclusão Escolar chega estabelecendo um novo modelo onde a escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, diferentemente da Integração Escolar, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento. Ou seja, na educação inclusiva, uma escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos. Considerando que cada aluno numa escola apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino e aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter segregacionista, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

Para Mantoan (2006), a inclusão deve ser total e radical, baseada na cooperação e na solidariedade, respeitando e valorizando as diferenças. Isso quer dizer que “(...) a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional (...) que propõe um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos”. Já a integração, se baseia em uma seleção dos alunos com necessidades educacionais especiais que estejam aptos a ingressarem no ensino. Isso significa que “(...) a escola não muda como um todo, mas os alunos têm que mudar para se adaptar às suas exigências” (MANTOAN, 2006, p. 4). Portanto é uma inserção parcial, em que a noção de normalização do ensino é o princípio básico. Para Mantoan (2006) a inclusão questiona a integração, por acreditar que não basta inserir o aluno sem transformar as concepções de escola que temos hoje.

### **2.3 Inclusão Educacional como Direito da Lei Brasileira de Inclusão.**

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015 é um forte aliado na luta contra a marginalização das pessoas com deficiência.



Esse instrumento abrange as necessidades e proclama o direito dos deficientes nas mais diferentes áreas da sociedade como saúde, educação, trabalho, habitação, transporte, turismo, lazer e acessibilidade, tendo por objetivo maior a inclusão do deficiente na sociedade na qual vive e convive. Isso significa que as metodologias, espaços e materiais devem ser capazes de atender a todos, e não serem elaborados separadamente para as pessoas com deficiência. Em seu texto, no capítulo IV, art. 27, é assegurado o direito à educação da pessoa com deficiência:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p.32)

Ainda com relação à Lei Brasileira de Inclusão (LBI) no Art. 28 sobre Educação, fala muito sobre o que deve ser feito para atingir esse objetivo:

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; (BRASIL, 2015, p.33)

Para uma concreta inclusão de alunos com deficiência é muito importante que o sistema educacional o identifique e esteja apto a acolhê-lo em suas condições. Os serviços prestados devem estar de acordo a satisfazer as necessidades existentes por aqueles que necessitam de especialização, garantindo assim, melhor qualidade de aprendizagem e desenvolvimento durante o período escolar.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Logo, recursos e acessibilidade também devem estar voltados a uma demanda de inclusão, buscando sempre a promoção da dignidade humana, independentemente da existência de deficiência apresentada, ou não.

A educação é o melhor caminho para transformar a mentalidade humana, o respeito, os direitos, a acessibilidade. Por isso esses elementos devem estar respaldados na garantia de um sistema educacional que habilite o exercício da cidadania, promova a dignidade humana e proporcione a sensibilização da empatia ao próximo.

Destarte, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) confirma os direitos das pessoas com deficiência, com atendimento especializado na rede regular de ensino; A Declaração de Salamanca (1994) que tem como signatários mais de oitenta países, inclusive o

Brasil, proclama as escolas regulares de ensino como meio mais eficaz de combate à discriminação, determinando que as escolas devam acolher todas as crianças, independentemente de sua deficiência, como também nos sensibiliza e nos proporciona a oportunidade de perceber a relevância da temática que envolve a educação inclusiva no Brasil e no mundo, possibilitando a observação e estudos que nos proporcionou uma inquietação acerca da trajetória ao acesso da pessoa com deficiência ao meio escolar. A Declaração de Salamanca (1994, p.22) vem afirmar que: “Os currículos devem adaptar-se às necessidades da criança e não vice-versa. As escolas, portanto, terão de fornecer oportunidades curriculares que correspondam às crianças com capacidades e interesses distintos”.

A Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96) em seu Art. 208 (III), aponta também que a educação das pessoas com deficiência deve acontecer principalmente na rede regular de ensino: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;”

Contudo, percebe-se que a educação inclusiva traz em suas leis e artigos, diretrizes, que beneficiaria realmente a inclusão dos alunos com deficiências. Conforme Salamanca (1994, p. 33) “O êxito da escola inclusiva depende muito da identificação precoce, da avaliação e da estimulação das crianças com necessidades educativas especiais desde as primeiras idades”. Ou seja, dever-se-ia, antes de tudo, oferecer meios para que a escola pudesse receber estes alunos de forma coerente e concisa. Entretanto, o que se percebe é que mesmo o princípio da inclusão sendo considerado fundamental ao processo da aprendizagem, assegurando aos indivíduos condições e ofertas de aceitação à diversidade, isso ainda não é uma realidade em todas as escolas brasileiras. Daí a necessidade em afirmar que quando estamos “entre” sociedade inclusiva, conseguimos educar e ter uma educação inclusiva.

É preciso também esclarecer que, para almejar uma educação inclusiva, se faz necessário desenvolver um currículo equilibrado e diversificado, estabelecendo critérios flexíveis à colaboração de um intercâmbio entre escola e sociedade, afinal essa abordagem pressupõe pensar a inclusão, o ensino como uma ação reflexiva, ativa e compensatória.

Mantoan, uma das maiores defensoras da inclusão, esclarece que:

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir a igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular. (MANTOAN, 2006, p.16)

Torna-se claro, que a inclusão veio para instituir um direito que todos já o possuem, o aperfeiçoamento da identidade, além de criar uma mútua relação entre os direitos humanos e o ser individual, estabelecendo com isso o sentido da equidade social-inclusiva, capaz de valorizar as particularidades de cada um.

No contexto da educação escolar evidenciam-se mecanismos de discriminação, exclusão, segregação e distinção dos alunos, a partir da consideração de características intelectuais, físicas, culturais, sociais, econômicas, raciais, dentre outras, que justificam e legitimam a presença de uns e a ausência de outros na escola. Realidade que não mais se admite e que prima por mudanças urgentes.

No Brasil, destaca Ferreira (2006, p. 219), houve “a incorporação das diretrizes internacionais da educação para todos e da educação inclusiva nas políticas públicas”, o que determinou mudanças no sistema educacional, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96.

Prieto (2006, p. 33) destaca que embora nos planos ético e político se reconheçam e se defendam a igualdade de direitos à educação, há discordâncias em relação às propostas e sua efetivação. No entanto, deve-se discutir, então, o que se entende por inclusão. Incluir significa fazer parte de um grupo, pertencer a ele, ser aceito como se é, ser respeitado e valorizado com suas características individuais, participar desse grupo, das atividades e oportunidades dadas a todos.

### **2.3.1 Formação do professor e outras condições necessárias à garantia do direito à Educação Inclusiva**

A diversidade humana é inegável, mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico.

Entendendo a inclusão educacional como política pública, como direito assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e, ainda, como ação educacional que possibilita ao aluno com necessidades educacionais especiais participar das atividades desenvolvidas no contexto da sala de aula, aprendendo os mesmos conteúdos que os demais colegas, se apropriando dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, embora de maneiras diferentes, o que demanda um currículo flexível e adaptações de pequeno e de grande porte, implementada

pelo sistema educacional e pelo professor mediador do processo de ensino-aprendizagem, além de uma mudança de paradigma.

Um novo paradigma, que se constitui:

(...) pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (PRIETO, 2006, p. 40).

De fato, a educação inclusiva representa um novo paradigma, cuja efetivação precisa ser discutida criticamente, considerando-se o contexto social, econômico, político, cultural e histórico e o sistema educacional em que se insere, para que não se percam seus objetivos e acabe sendo um modismo que não transforma, visto que desconsidera a história que o precedeu e que lançou bases para que a ideia de educação inclusiva se delineasse, no entanto, a aprendizagem integral é a principal função do (a) professor (a).

Esse objetivo não tem sido o foco do trabalho de muitos docentes. Muitos dos futuros professores ficam preocupados em aprender “receitas prontas” pedagógicas. Com isso, os (as) professores (as) assumem a postura de “em vez de se perceber como profissional da aprendizagem e especialista no aprendiz, o professor se mantém como profissional do ensino” (CARVALHO, 2000, p. 143). Essa prática pedagógica prioriza a formação acadêmica do estudante deixando a formação integral e o atendimento da particularidade dos alunos fora do seu trabalho educacional. A prática da inclusão exige mudanças na formação e na prática docente. É de extrema importância que o (a) educador (a) em sua formação, construa conhecimentos teóricos em relação ao ensino e aprendizagem, que lhe possibilite exercer melhor a sua prática.

Sabemos da dura realidade das condições de trabalho e os limites da formação profissional, o número elevado de alunos (as) por turma, a rede física inadequada, o despreparo para ensinar "alunos especiais". Sabemos ainda que, para que a inclusão se efetive, não basta a garantia apenas na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto sócio econômico, além de serem gradativas, planejadas e contínuas para garantir uma educação de ótima qualidade.

Mantoan (2006) afirma que é necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino/aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos

que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, não basta apenas fornecer conhecimentos sobre necessidades especiais para docentes em formação ou já formados, é preciso garantir que o conjunto de professores se aproprie desses conhecimentos e se transforme, passando assim a transformar suas práticas pedagógicas.

### 3. A PESQUISA CONSOLIDAÇÃO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVAS.

A presente pesquisa, como dito na introdução, objetiva compreender como tem ocorrido a inclusão dos alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental, refletindo sobre a prática e os desafios da inclusão, tendo como campo de pesquisa em escolas públicas e privadas situadas na cidade de Areia–PB, localizada na mesorregião do Agreste paraibano e na microrregião do Brejo paraibano. Foram ouvidos 11 (onze) professores (as) que trabalham em turmas da educação infantil ao ensino fundamental.

#### 3.1 Perfil dos sujeitos entrevistados.

Participaram da pesquisa 11 (onze) professores (as). O público docente é predominantemente feminino (90,9%) na Educação Infantil (EI) e nos anos iniciais e finais, com média de 41,3 anos de idade. A média do tempo de carreira docente é de 20,7 anos, mesmo tendo docentes jovens com apenas sete anos de atividade.

**Tabela:** Perfil dos docentes participantes.

Docente	Idade	Sexo	Graduação	Pós-Graduação	Tipo de escola	Tempo de docência
1	45	Feminino	Letras/Pedagogia	Psicopedagogia	Particular	20
2	42	Feminino	Pedagogia	Psicopedagogia	Particular	24
3	45	Feminino	Letras	Linguística	Pública	27
4	40	Feminino	Pedagogia		Particular	18
5	46	Masculino	Letras/Pedagogia	Psicopedagogia	Pública	23
6	43	Feminino	Pedagogia	Psicopedagogia	Pública	22
7	50	Feminino	Pedagogia	Psicologia da Infância e Adolescência	Pública	27
8	30	Feminino	Arte e Mídia	Produção de Conteúdo para Mídias Digitais	Particular	7
9	40	Feminino	História	Psicopedagogia	Pública	20
10	30	Feminino	Pedagogia		Particular	10
11	43	Feminino	Pedagogia	Psicopedagogia	Pública	30
<b>Média</b>	41,27 anos					20,72 anos

A formação profissional dos (as) docentes é das mais variadas graduações desde História a Arte e Mídia, porém pedagogos (as) lideram o cenário da educação na cidade areense, sendo 54,5%. Apenas dois docentes (18,2%) tem dupla formação e ambos com os mesmos cursos, Letras e Pedagogia. Nove dos 11 docentes possuem pós-graduação, sendo Psicopedagogia o curso com maior frequência entre os (as) docentes pós-graduados (as). A

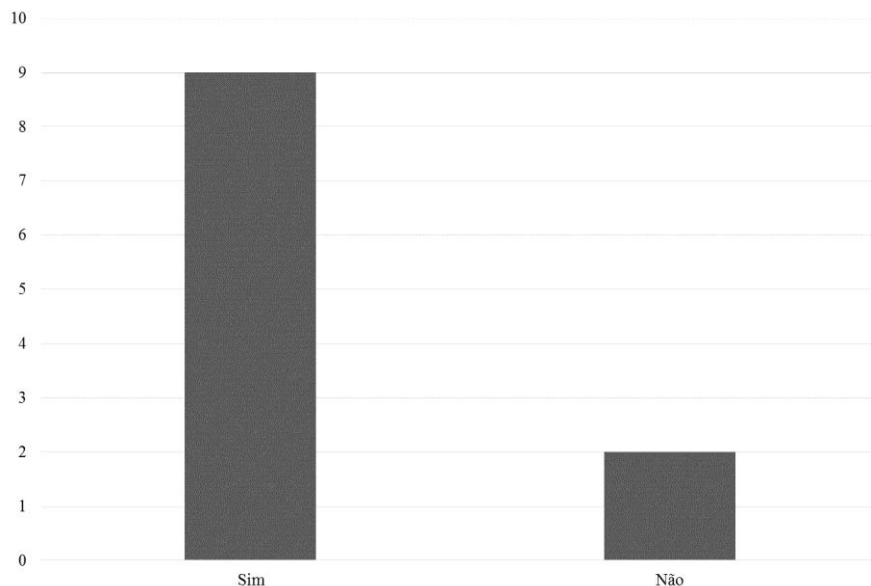
etapa de educação que possui mais docentes lecionando é o Ensino Fundamental I, com seis docentes. Em seguida a Educação Infantil com três e o Ensino Fundamental II com dois.

### 3.2 Dados coletados e análise

Os (as) docentes que participaram da pesquisa foram submetidos (as) a um questionário, com questões objetivas e discursivas. Após aplicar o questionário com os (as) professores (as), procedemos à sistematização das informações obtidas, estabelecendo uma comparação entre as respostas e confrontando-as com as reflexões de teóricos da área, no intuito de dar consistência à nossa reflexão sobre a temática proposta. Organizamos então nossos dados a partir dos temas que seguem abaixo:

#### **Inclusão nas escolas.**

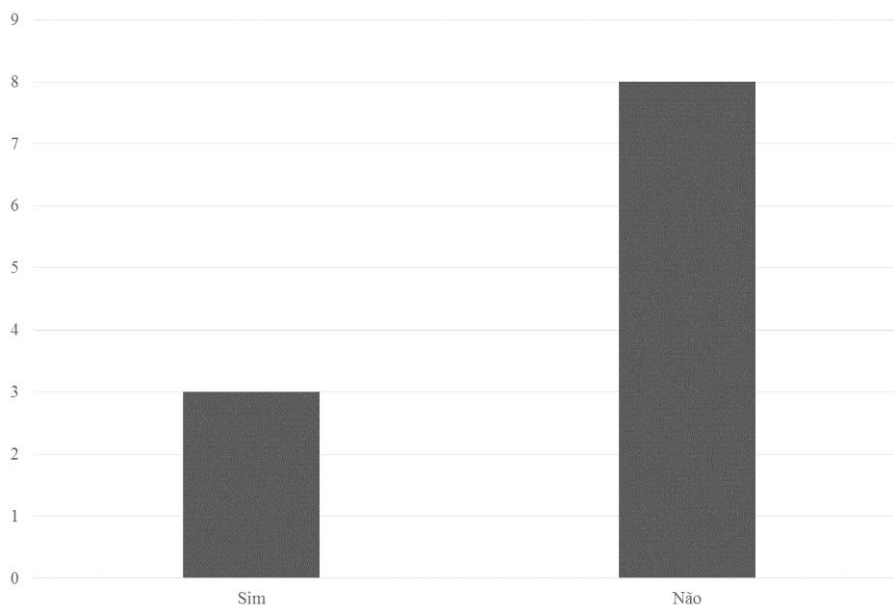
Sobre o tema da inclusão nas escolas, 81,8% (9) dos (as) docentes consideram as escolas que lecionam como inclusivas (Graf. 1). Mas este número torna-se contraditório quando comparado aos mesmos 81,8% que responderam que as escolas não possuem Atendimento Educacional Especializado – AEE.



**Gráfico 1:** Número de professores (as) que consideram as escolas que lecionam como inclusivas.

A escola é considerada inclusiva quando ela garante a qualidade de ensino a todos os alunos de acordo com suas individualidades, necessidades e potencialidades (BRASIL, 2004). Assim, não há possibilidade de considerar as escolas inclusivas, uma vez que estas ainda não permitem que todos (as) os (as) alunos (as) sejam favorecidos (as) no processo de ensino-

aprendizagem, independentemente de sua deficiência, além de raça, etnia, sexo ou condição social. Isso mostra também o equívoco conceitual de inclusão, restringindo-se apenas a atender deficiências físicas, esquecendo-se das deficiências cognitivas e das múltiplas formas de exclusão por desigualdade social.



**Gráfico 2:** Número de professores (as) que consideram que as políticas públicas promovem a educação inclusiva.

Sobre a promoção da educação inclusiva 72,7% (8) dos (as) docentes responderam que ‘Não’, as políticas educacionais não promovem a educação inclusiva (Graf. 2). “Apesar da inclusão estar garantida por lei, o sistema educacional brasileiro está longe de alcançá-la, pois as escolas não possuem estruturas físicas e a maioria dos profissionais não estão qualificados. Os alunos ‘atípicos’ são integrados nas escolas, mas os currículos, os planos de aula, os livros didáticos não são em sua maioria adaptados às necessidades individuais de cada um, desfavorecendo o processo ensino-aprendizagem” diz uma professora.

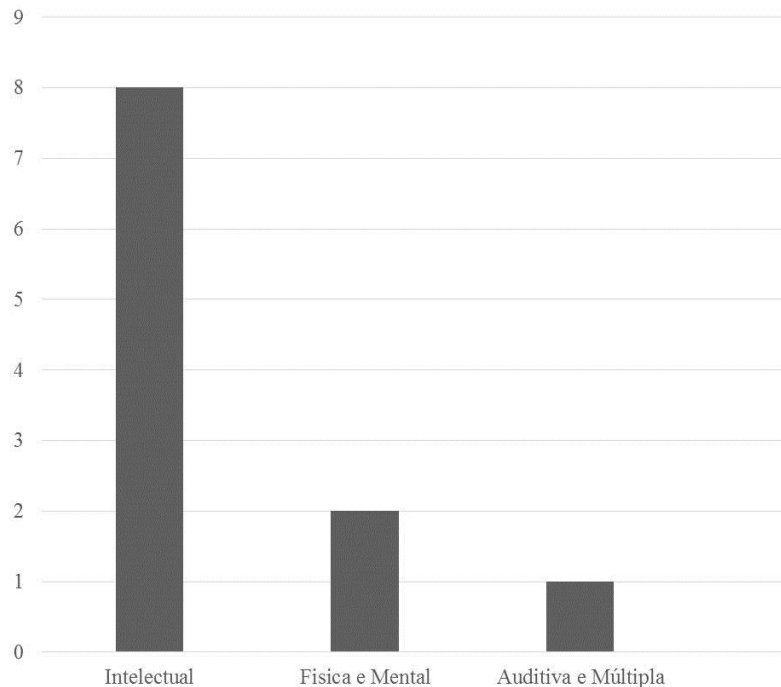
### **Inclusão e formação docente.**

Levantamos ainda dois dados importantes para nossa reflexão: a) número de alunos (as) com alguma deficiência (física, sensorial, mental e/ou intelectual) que tenham sido atendidos pelos (as) professores (as) (Graf. 3). b) se os (as) professores (as) tiveram alguma formação para trabalhar com estes (as) alunos (as) (Graf. 4).

As deficiências, citadas pelos (as) docentes, que foram encontradas nos (as) alunos (as), podem ser classificadas como mental, intelectual, física, auditiva e múltipla. Analisando os dados percebemos que o tipo de deficiência com maior frequência é intelectual com 72,7% (citada por 8 docentes), seguida da física e mental ambas com 18,2% (2 docentes) e por fim

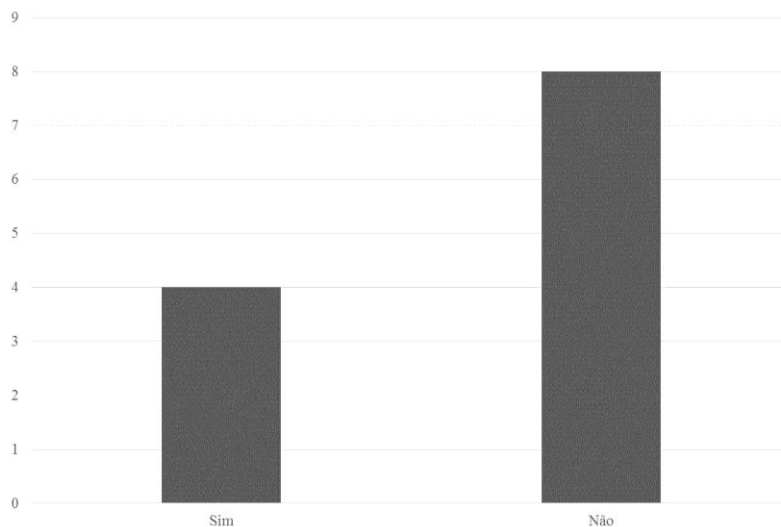


auditiva e múltiplas com 9,1% cada (1 docente). O que nos revela a necessidade do (a) docente se manter atualizado (a) acerca dessas deficiências, para que possa exercer seu trabalho com êxito.



**Gráfico 3:** Frequência dos tipos de deficiências encontradas nos (as) alunos (as).

Portanto, todos os envolvidos com a aprendizagem desses educandos precisam refletir sobre o seu papel para que o aluno venha ter um bom desempenho acadêmico com aprendizagens significativas e contextualizadas com suas necessidades e interesses (NASCIMENTO, 2009).



**Gráfico 4:** Número de professores (as) que tiveram algum tipo de formação especial para lecionar para alunos (as) com deficiências.

Interessante observar que 72,7% (8) dos (as) docentes responderam ‘Não’ quando questionados (as) se possuíam ou tiveram formação especializada ao longo da sua formação sobre o tema inclusão.

Quanto à formação de docentes para a inclusão de alunos (as) com deficiências, Prais e Rosa (2017) dizem que esta formação é uma das etapas primordiais na concretização das políticas educacionais inclusivas, além de confirmar a inclusão escolar.

Em outras palavras o (a) docente deve estar preparado (a) para não apenas receber os (as) alunos (as) com deficiências, mas incluí-los (as) no processo de ensino-aprendizagem. Esta formação não foi tida por todos (as) os (as) professores (as), somente quatro docentes (36,4%) tem algum tipo de formação especial. Em uma das respostas, o (a) docente disse que tem formação especial, mas “não o suficiente”. Ele (a) continua: “Pois cada um (aluno) que surge tem diversas características, e como profissionais da educação é preciso estar atento as novas descobertas de como transferir conhecimentos”. Isso mostra que mesmo tendo algum tipo de formação é preciso o contínuo processo de atualizações das práticas docentes.

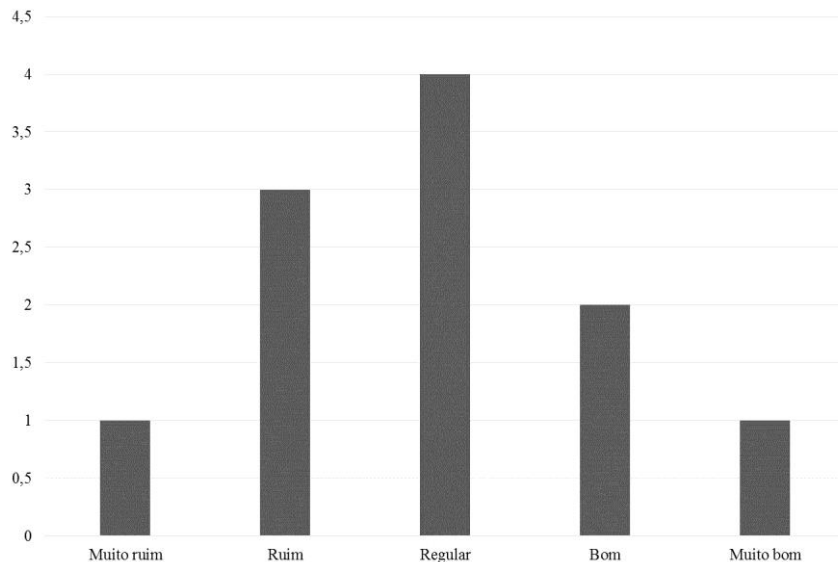
No Atendimento Educacional Especializado (AEE), os avanços da educação inclusiva nas redes de ensino foram fomentados também pela criação deste atendimento, implementado pela Resolução CNE/CBE 04/2009. O AEE é o conjunto de práticas e recursos didático-pedagógicos criados, especialmente, para atender alunos (as) com necessidades especiais, tendo a intenção de acabar as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem resultando na participação plena deste na sociedade, não apenas os (as) inserindo.

Com a ausência da política educacional nas escolas, essa “assistência é feita pelo professor de forma individual”, disse um (a) dos (as) professores (as). Ao tomar este papel, o professor encontra situações novas e é estimulado a desenvolver novas práticas do processo ensino-aprendizagem. Assim, é imprescindível o estudo constante e a criação de novas tecnologias que facilitem o processo de aprendizagem. (FAGUNDES; FREITAS, 2013).

Os professores necessitam de formação especial a respeito de pesquisa e práticas para ensinar aos alunos com deficiências (PETERSON, 2006). A formação dos professores é uma demanda para o desenvolvimento de suas habilidades educativas e aperfeiçoar a interação com todos os alunos, especialmente os com deficiência.

### **Aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais**

Os (as) professores (as), quando questionados (as) sobre a aprendizagem e rendimento escolar, oscilaram de muito ruim a muito bom, sendo quatro docentes (36,4%) que avaliaram como regular o rendimento dos (as) alunos (as) com deficiência (Graf. 5).



**Gráfico 5:** Avaliação dos (as) professores (as) sobre a aprendizagem e rendimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência.

O rendimento escolar é um dos pontos mais debatidos no processo de inclusão de alunos (as) com deficiência. Como fazer esta avaliação? Essa pergunta é o fio condutor das práticas dos (as) docentes, tanto com os (as) alunos (as) sem deficiência como os (as) com deficiências. Muitos se deixam serem tomados pelo sentimento protecionista devido a deficiência, porém este não é o caminho para a avaliação dos (as) alunos (as) com deficiência. Os alunos precisam de meios para enfrentar os conflitos do mundo atual, potencializando suas capacidades para competir também com os outros, mesmo com suas deficiências (ROJAS, 1997).

Um elemento fundamental no processo da aprendizagem é a adaptação do (a) estudante à escola. Sentir-se pertencente ao espaço, acolhido. No aspecto de adaptação dos (as) alunos (as) com deficiência no ensino regular houve uma polarização positiva. Quatro docentes disseram ‘regular’, cinco ‘bom’ e dois ‘muito bom’. “No início é um pouco complicado, mas é possível se adaptarem ao ambiente e ter uma boa convivência”, disse um (a) dos (as) professores (as). Esta polarização pode ser devido à coparticipação de outros atores escolares, como alunos sem deficiência, em que o professor da sala é o promotor do convívio com a diversidade, objetivando uma sociedade democrática, justa e solidária (SASSAKI, 1997).

Em seguida perguntamos quais as dificuldades que o (a) professor (a) identifica para incluí-los no cotidiano escolar. É de extrema necessidade que o (a) docente perceba sua importância no processo de inclusão e igualdade social, o desenvolvimento do (a) aluno (a) deficiente dependerá da atuação do (a) docente com uma perspectiva especializada.

Concluimos, portanto, que entre as dificuldades encontradas pelos (as) docentes estão a falta de material pedagógico, o atendimento especializado e a preparação docente. Um dos professores disse que “é muito difícil incluir alunos com deficiências no cotidiano escolar, mas não impossível” e acrescentou: “as atividades são diversificadas para que possamos incluir da melhor forma possível”. Apoiando esse pensamento, Nascimento (2009) afirma que, “o atendimento de estudantes com deficiência necessita de intervenções pedagógicas que usem metodologias e práticas de ensino adequadas às especificidades e peculiaridades de cada educando”. Vale ressaltar que o conhecimento desses profissionais é imprescindível para uma boa inclusão.

Por fim, buscamos ainda investigar quais as práticas pedagógicas que estão sendo desenvolvidas pelos (as) professores (as) das escolas no sentido de incluir as crianças com deficiência.

### **Possibilidades das práticas de inclusão**

Com objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem os (as) docentes apontaram vários caminhos. O mais citado foi a formação especial do (a) professor (a), como discutido anteriormente. Contudo, outro ponto é apontado, a visão holística dos (as) professores (as) aos tipos de deficiência, físicas e cognitivas.

Caminhos como a ludicidade e o ensino compartilhado com os pais são apontados como uma das estratégias inclusivas, com o objetivo de materializar as diretrizes em vigor referentes à inclusão no ensino regular (BENITEZ; DOMENICONI, 2014).

As ações escolares apontadas pelos (as) professores (as) que estão sendo realizadas para incluir os (as) alunos (as) com deficiência nas escolas partem desde planejamentos individuais à produção de material didático. A prática de atividades coletivas foi outra prática bastante citada. Esta, no entanto, deveria ser prática normal no cotidiano escolar com todos os seus atores. A coletividade é um estado sem o qual os seres humanos não conseguem viver, ou seja, é ontológico dos seres humanos. Isso pode ser explicado pela desvalorização da sociedade, do viver em sociedade. Assim, o professor deve ser o potencializado

desenvolvimento cognitivo, emocional, social e psicomotor nas relações sociais (FRIAS; MENEZES, 2008).

A Educação Inclusiva no Brasil teve grandes avanços após a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) que garantiu, juntamente com a Constituição Federal, o direito das pessoas com deficiências à inclusão nas redes de ensino. Em consonância, o Estado, professores (as), pesquisadores (as) e pais, tem aumentando cada vez mais a preocupação com a inclusão de alunos (as) com deficiência, seja física ou cognitiva. Segundo Sasaki (1997) o movimento de inclusão é o processo mútuo da sociedade e das pessoas com deficiência se adaptarem, buscando uma equiparação de oportunidades resultando em uma sociedade justa para todos.

A partir dos dados aqui apresentados nos aproximamos de um panorama geral sobre a Educação Inclusiva na cidade de Areia - PB, tanto nas escolas particulares como nas públicas, que nos permitiu aproximarmos cada vez mais da realidade da inclusão na prática, no cotidiano dos (as) docentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho responder à questão: Como acontecem as práticas de educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental? Vale destacar que realizamos nossa pesquisa com professores (as) que atuam na rede pública e na rede privada de ensino, com o intuito de estabelecer alguma comparação entre essas duas redes.

Após sistematização e análise das informações obtidas, tecemos as seguintes considerações:

1. O estado da inclusão no ensino areense é recorte do ensino nacional. Mesmo com os parâmetros legais, as ações são mínimas ou não são realizadas dentro das escolas, até mesmo nas escolas particulares.
2. Os (as) professores (as), por sua vez, mostram-se aquém da realidade ideal da inclusão, sendo urgente a necessidade de formação especial continuada com pontos referentes, ou especialmente, a inclusão. De acordo com as respostas dadas os (as) docentes mostram equívocos conceituais apontando a necessidade de reconstrução de conceitos distorcidos historicamente pelo preconceito velado da sociedade.
3. O ato de inserir está longe do ato de incluir. Os resultados apresentados dizem que há inserção e medidas paliativas como, por exemplo, mudanças na infraestrutura e acessibilidade. Isto não é incluir. A escola acolhe apenas uma parte do público com deficiência e exclui outra parte, mesmo quando a legislação as obriga a acolherem todos (as) os (as) alunos (as) independente de suas necessidades ou diferenças. Em seguida, todos (as) os (as) alunos (as) devem ter condições reais de aprendizagem e desenvolvimento de suas capacidades através das práticas aplicadas pelos (as) docentes. Para isso, é indispensável a presença de professores (as) preparados (as) e capacitados (as) para incluir os (as) alunos (as) tanto na sala de aula como na sociedade, como resultado da inclusão dentro da sala de aula que é um espelho da sociedade.
4. Assim, um trabalho coletivo entre escola e pais também é necessário para o desenvolvimento da inclusão, pois propicia o diálogo de formação, capacitação e atuação dos (as) atores (as) no processo de ensino-aprendizagem dos (as) alunos (as) com deficiência.

5. Comparando os dados apresentados pelos (as) docentes da escola pública e da escola privada, concluímos que de modo geral não há diferença com relação à adaptação curricular e às estratégias de ensino.

Por fim, entendemos que este trabalho aponta a necessidade de novas pesquisas acerca do tema na cidade de Areia–PB, a fim de proporcionar a inclusão na educação, nas escolas públicas e privadas, mais desenvolvida, mais atualizada e consequentemente mais eficaz. O meio mais urgente se traduz na capacitação para os profissionais das escolas conhecerem os melhores métodos para lidar com o (a) aluno (a) que possui necessidades especiais, seja de origem física, seja intelectual; ou ainda a reciclagem daqueles (as) profissionais que já possuem algum tipo de formação nesse sentido. Os dados do presente trabalho podem servir como base para fomentar uma reflexão e, quiçá, novas formas de intervenção pedagógica e política da secretaria de educação ou das escolas dos (as) professores (as) participantes desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, Eduardo J. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: UNESP, Publicações, 2001.

ARANHA, Maria Salete F. Paradigmas da Relação da Sociedade com as Pessoas Com Deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, no. 21, março, 2001, pp. 160-173. Marília: UNESP.

ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. In: **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. 2014, vol. 20, n. 3, p. 371 - 386. ISSN 1413 - 6538. Acesso em: 12. Mai. 2019

BORGES, Maria Celia; PEREIRA, Helena de Ornelas Sivieri; AQUINO, Orlando Fernández. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. **Revista Iberoamericana de Educação**. ISSN: 1681-5653, n.º 59/3 – 15/07/12 Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/1376>. Acesso em: 17. Mar. 2019

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 . Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 20. Mai. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.



BRASIL. Lei nº 9.394. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. Brasília, DF.

BRASIL, Lei nº 13.146. **Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, de 6 de julho de 2015. Presidência da República. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Programa de Educação Inclusiva: direitos à diversidade**. Organização Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: 2004. v.3, 26 p.

CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Pesquisa em educação: pedagogia**. São Paulo: Pearson Prentice. Hall, 2011.

ESPANHA. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca – Espanha.

FAGUNDES, Francisley Pimentel; FREITAS, Patricia Lucia Vosgrau. **Políticas educacionais inclusivas: Discussões e práticas que permeiam a mudança**. In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2013, Curitiba - PR

FERREIRA, Windyz Brazão. Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, David (org) **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton.; MENEZES, Maria Christine Berdusco. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: Contribuições ao professor do ensino regular. In: **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense** [online] 2008, vol. 1. ISBN 978-85-8015-039-1. Acesso em: 12. Mai. 2019

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferença na escola**: Como andar no fio da navalha. In: **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MARTINS, José do Prado. **Didática Geral**. 2.ed. São Paulo: Atla, 1990.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 15. Out. 2018

NASCIMENTO, Eliane de Sousa. A educação profissional: interfaces com a educação especial. In: DÍAZ, F., et al., orgs. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 289-301. ISBN: 978-85-232-0928-5. Acesso em: 10. Mai. 2019

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

PETERSON, Patricia J. Inclusão nos Estados Unidos: filosofia, implementação e capacitação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. 2006, vol. 12, n. 1, p. 3 - 10. ISSN 1413-6538. Acesso em: 10. Mai. 2019

PRAIS, Jacqueline Lidianne de Souza; ROSA, Vanderley Flor da. **A Formação de professores para inclusão tratada na Revista Brasileira de Educação Especial**: uma análise. *Educação Especial*, Santa Maria, Pr, v. 30, n. 1, p.129-144, abr. 2017.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação Especial: História, Etiologia, Conceitos E Legislação Vigente**. MEC. UNESP.BAURU/2008

ROJAS, M. F. **Independência na adolescência e vida adulta**. Temas sobre desenvolvimento, v.6, n.35, São Paulo: Memnon, 1997.

SASSAKI, Romeo Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SASSAKI, Romeo Kazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década**. Mensagem, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.

UNESCO. DECLARAÇÃO DE JOINTIEN. Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos-1990. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 30. Nov. 2018.

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO AO DOCENTE

Estamos desenvolvendo uma pesquisa referente ao tema da Educação Inclusiva. Gostaríamos da sua colaboração para responder o presente questionário. As respostas serão utilizadas apenas para objeto de análise. Não há respostas certas ou erradas, precisamos apenas da sua sinceridade. Sua identificação não é necessária e preservaremos o anonimato em todo o processo de pesquisa.

Idade: \_\_\_\_\_

SEXO: FEMININO ( ☐ ) MASCULINO ( ☐ )

Há quanto tempo leciona? \_\_\_\_\_

Qual a sua formação (Graduação)? \_\_\_\_\_

Possui Pós-Graduação? Se possui, qual área? \_\_\_\_\_

Qual(is) ano(s) que você leciona? \_\_\_\_\_

Quantos alunos? \_\_\_\_\_

Escola: Particular ( ☐ ) Pública ( ☐ ). Se pública, Estadual ( ☐ ) ou Municipal ( ☐ )

1. Qual é sua concepção sobre Inclusão?

2. Você considera a(s) escola(s) que você leciona inclusiva?

( ☐ ) Sim ( ☐ ) Não. Se sim, quais estruturas sua(s) escola(s) possui para acessibilidade e inclusão?

3. Na sua condição de professor desta escola, já teve ou tem algum aluno que possui deficiências física, sensorial, mental e/ou intelectual?

( ☐ ) Nunca ( ☐ ) Já tive ( ☐ ) Tenho. Se sim, quantos alunos? \_\_\_\_\_

4. Existe Atendimento Educacional Especializado (AEE) na(s) escola(s)?

( ☐ ) Sim ( ☐ ) Não. Se sim, como é feito?

5. Ao longo de sua formação (graduação e/ou formações continuadas), você teve ou tem alguma preparação específica para atender pessoas com deficiências física, sensorial, mental e/ou intelectual?

( ) Sim ( ) Não

6. Quais deficiências são encontradas entre os alunos da(s) escola(s) que você leciona?

Quais as dificuldades que você identifica(ou) para incluí-los no cotidiano escolar? Disserte.

7. Em relação à aprendizagem e rendimento escolar dos alunos com necessidades educativas, como você avalia?

( ) Muito ruim ( ) ruim ( ) regular ( ) bom ( ) Muito bom

8. De acordo com sua experiência docente, como é a adaptação dos alunos com necessidades educacionais em relação à escola?

( ) Muito ruim ( ) ruim ( ) regular ( ) bom ( ) Muito bom

9. O que você propõe para melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência?

10. Qual(is) prática(s) pedagógica(s) está(ão) sendo desenvolvida(s) pelos professores da(s) escola(s) no sentido de incluir as crianças com deficiência ?

**Agradecemos sua participação!**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em responder ao questionário e participar da pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado (a): **O DIREITO À INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: Práticas e Desafios**. Desenvolvido pela pesquisadora Verônica Remígio da Silva e Lima, a quem poderei contatar/ consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº xxxxxxxxxxxx ou e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais busca conhecimento acerca de como ocorre a inclusão do educando com deficiência e ao mesmo tempo fazer uma análise acerca dos conceitos de inclusão e principais dificuldades do docente. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação. Minha colaboração se fará de forma anônima por meio de questionário. O acesso e a análise dos dados coletados se farão pela pesquisadora. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse(a) estudo/pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Areia - Paraíba, Abril/2019.

---

Assinatura do (a) participante